

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 10 de dezembro de 2021 • Nº 1209 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Alegrei-vos no Senhor

PÁGINA 4

IBGE

Indústria cai 0,6% puxada por 5 estados

Cinco estados foram os responsáveis pela queda de 0,6% da produção da indústria nacional na passagem de setembro para outubro deste ano, entre eles São Paulo, maior parque industrial do país, com um recuo de 3,1%. Os outros locais foram Santa Catarina (-4,7%), Pará (-4,2%), Minas Gerais (-3,9%) e Espírito Santo (-1%). Os dados foram divulgados hoje (9), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A queda nacional não foi maior porque no-

ve dos 15 locais pesquisados tiveram alta na produção no período, com destaque para Nordeste (5,1%), Mato Grosso (4,8%) e Ceará (4,1%). Goiás manteve-se estável. Na comparação com outubro de 2020, 13 dos 15 locais pesquisados tiveram recuo, sendo os maiores deles observados no Pará (-14,2%), Santa Catarina (-12,5%), São Paulo (-12,3%) e Amazonas (-11,9%). Rio de Janeiro e Espírito Santo foram os únicos estados com alta, respectivamente de 6,6% e 6,1%. **PÁGINA 2**

AGLOMERAÇÃO

Paes se enrola e mantém Réveillon em Copacabana

O prefeito Eduardo Paes (PSD) voltou atrás e decidiu que o Rio de Janeiro terá queima de fogos no Réveillon. A prefeitura vai realizar o espetáculo em Copacabana e em outros nove pontos da cidade, mas não haverá shows ao vivo. Serão 16 minutos de fogos na praia da zona sul carioca, com 10 balsas distribuídas pela orla e 25 torres de som com música e contagem regressiva -antes, a ideia era montar três palcos ali. O bairro, porém, sofrerá restrições de acesso, já que a intenção é que o público se espalhe. Os outros nove pontos serão: Flamengo, Piscinão de Ramos, Ilha do Governador, Igreja da Penha, Parque Madureira, Barra da Tijuca, Recreio, Bangu e Praia de Sepetiba. **PÁGINA 4**

MARCO DO SETOR

Governo autoriza construção de nove ferrovias

As nove primeiras autorizações de construção e operação de ferrovias dentro do programa Pró-Trilhos foram assinadas ontem por seis empresas e o governo federal. O programa foi criado a partir do novo Marco Legal das Ferrovias para estimular a ampliação da malha ferroviária nacional pela iniciativa privada, por meio de outorga por autorização. De acordo com o Ministério dos Transportes, as estradas de ferro autorizadas têm potencial de agregar 3.500 quilômetros de novos trilhos à rede ferroviária, com R\$ 50 bilhões em investimentos privados. Entre as empresas autorizadas está a Ferrosst, que já atua como concessionária. **PÁGINA 3**

17 SETORES

Senado prorroga por dois anos desoneração da folha



ANTONIO CRUZ/ABRASIL

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até dezembro de 2023. O projeto foi aprovado de maneira simbólica pelos senadores. Como já havia recebido o aval dos deputados, segue direto para a sanção do presidente Jair Bolsonaro -que também já se manifestou favoravelmente à proposta. A desoneração da folha de pagamento para 17 setores perderia validade no dia 31 de dezembro. Por isso, o setor empresarial vinha se articulando e pressionando o Congresso Nacional para que a medida fosse prorrogada. A proposta inicial previa a prorrogação até o fim de 2026. No entanto, durante a tramitação na Câmara, os deputados decidiram reduzir esse prazo para até o fim de 2023. Essa data entra em consonância com o defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, que chegou a anunciar a prorrogação da desoneração por mais dois anos. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (foto), então decidiu dar celeridade para a tramitação da proposta e decidiu levar direto ao plenário. O senador mineiro também recebeu nesta semana uma comitiva de empresários dos setores beneficiados pela medida, ocasião em que garantiu a votação da proposta nesta quinta-feira. **PÁGINA 2**

ATAQUE A DORIA



FOLHAPRESS

Bolsonaro destila 'todo ódio' contra passaporte de vacina

O presidente Jair Bolsonaro (PL) (foto) criticou ontem a decisão do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), de exigir o passaporte vacinal no estado para viajantes a partir de 15 de dezembro, caso o governo não torne o documento obrigatório. Após elogiar a Assembleia Legislativa de Rondônia, que aprovou um projeto proibindo a obrigatoriedade do passaporte, o chefe do Executivo disparou: "Outro governador, aqui da região Sudeste, quer fazer o contrário. E ameaça: 'Ninguém vai entrar no meu estado'. Teu estado, o cacete, porra. E se não tiver vacinado? E nós todos temos que reagir. E reagir como? Protestando contra isso", afirmou durante evento do Dia Internacional contra a Corrupção, no Palácio do Planalto. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA: -1,67% / 106.291,24 / -1.804,29 / Volume: 23.797.497.353 / Quantidade: 3.532.906						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,02% (nov.)	EURO turismo									
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		Ufir	0,03% (out.)	Compra: 6,3932	Venda: 6,5732							
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	35.754,69	+0,00	CDI	7,75%	até o dia 9/dez	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,5558	Venda: 5,5564				
GOL PN N2	19,35	+3,59	+0,67	LOJAS AMERICPN N1	5,11	-9,24	-0,52	PETROBRAS PN EDJ N2	29,29	-0,20	-0,06	NASDAQ Composite	15.517,369	-1,71	Euro STOXX 50	4.207,67	-0,64	DÓLAR comercial	Compra: 5,5721	Venda: 5,5727	
SID NACIONALON	24,46	+1,49	+0,36	AMERICANAS ON NM	27,97	-8,56	-2,62	MAGAZ LUIZA ON NM	6,28	-7,78	-0,53	Vale ON NM	75,18	-0,77	-0,58	CAC 40	7.008,23	-0,09	EURO Comercial	Compra: 6,2908	Venda: 6,2914
WEG ON NM	36,50	+1,28	+0,46	MAGAZ LUIZA ON NM	6,28	-7,78	-0,53	VALE ON NM	75,18	-0,77	-0,58	FTSE 100	7.321,26	-0,22	TR (prefixada)	0,0098	Compra: 6,2908	Venda: 6,2914	DÓLAR turismo	Compra: 5,6195	Venda: 5,7995
EQUATORIAL ON NM	23,90	+1,27	+0,30	BANCO INTER UNT N2	35,26	-7,77	-2,97	ITAUUNIBANCO PN EJ N1	22,13	-2,68	-0,61	DAX	15.639,26	-0,30							
HYPERA ON NM	29,09	+0,41	+0,12	VIA ON NM	5,36	-7,11	-0,41	WEG ON NM	36,50	+1,28	+0,46										

MERCADOS

Reajuste da taxa de juro e economia fraca travam altas da Bolsa

CLAYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

Sinais de que o Banco Central continuará a aumentar agressivamente a taxa básica de juros (Selic), mesmo com a economia do país parando de crescer, indicaram ao mercado ontem que as empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) enfrentarão uma temporada de vacas magras.

O Ibovespa (Índice Bovespa), fechou ontem em queda de 1,67%, a 106.291 pontos. A sessão encerrada no vermelho interrompeu uma sequência de cinco altas seguidas, que foram motivadas, principalmente, pela redução do temor da variante Ômicron do coronavírus.

No mercado de câmbio, o dólar ganhou impulso devido a um movimento global de aversão ao risco diante da expectativa de aumento da inflação nos Estados Unidos. A divisa americana fechou o dia em alta de 0,72%, a R\$ 5,575.

No Brasil, após o Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) ter elevado a Selic em 1,5 ponto percentual na quarta-feira passada, investidores passaram a avaliar o recado da autoridade monetária sobre a necessidade de avançar no aperto mo-

netário para frear o avanço da inflação.

O mercado já contava com o aumento de 7,75% para 9,25% da Selic, o que foi confirmado, mas recebeu com preocupação a indicação de continuidade da escalada dos juros.

Entre as principais quedas da Bolsa ontem estavam Lojas Americanas (-9,24%), Americanas (-8,56%) e Magazine Luiza (-7,78%).

Diante dos sinais de continuidade do aperto monetário, a taxa de juros dos contratos DI (Depósitos Interfinanceiros) com vencimento em janeiro de 2023 subiu 0,24 ponto percentual, para 11,61% ao ano.

Negociada entre instituições financeiras, a taxa DI para o início de 2023 revela o que o mercado espera sobre o rumo dos juros do país ao longo do próximo ano.

por empresas de tecnologia cujo desempenho em bolsa tende a piorar em um cenário de alta dos juros, o índice Nasdaq fechou em forte queda de 1,71%. O S&P 500, referência do mercado acionário americano, cedeu -0,72%. O Dow Jones fechou estável.

O petróleo fechou em forte queda de 2,53%, com o barril cotado a US\$ 73,90 (R\$ 410,57). As ações preferenciais da Petrobras recuaram 0,2%.

SUPERMERCADOS

Redes ampliam variedade de marcas para driblar inflação

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

Os supermercados brasileiros estão buscando ampliar o número de marcas de produtos e a variedade de preços para tentar driblar os efeitos da inflação, indicou ontem o vice-presidente institucional e administrativo da Abras (Associação Brasileira de Supermercados), Marcio Milan.

"A gente tem visto um esforço dos supermercados para trazer marcas e preços alternativos. O consumidor está pesquisando o mais, e há promoções", disse.

Em 12 meses, até outubro, a inflação oficial do país, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), avançou 10,67%. No grupo alimentação e bebidas, a alta foi maior, de 11,71%.

O dirigente citou a estratégia durante apresentação sobre o consumo nos lares de produtos vendidos pelo setor. Em outubro, o consumo recuou 0,24% em volume, na comparação com igual mês de 2020, segundo a Abras.

No acumulado do ano, até outubro, o indicador registra avanço, de 3,14%. A associação avalia que a inflação alta pesa no bolso dos consumidores. Segundo Milan, a ampliação de marcas ajudou o consumo a subir 4,95% em outubro, se comparado a setembro.

O dirigente ainda lembrou que outubro teve 31 dias, um a mais do que o mês anterior, o que também levou o resultado

para cima na margem.

No acumulado do ano, até dezembro, a Abras segue com a projeção de avanço de 4,5% no consumo, mas não descarta uma revisão para baixo, segundo Milan.

A entidade associa o possível crescimento no acumulado a fatores como aberturas de lojas - foram 650 ao longo do ano - e menos restrições a atividades.

"Em 2020, novembro e dezembro foram meses de restrições. E estamos falando de no mínimo 650 lojas novas neste ano. O número [acumulado do ano] tende a aumentar, mas talvez não chegue aos 4,5%", indicou Milan.

NATAL

Mesmo com a pressão inflacionária, a Abras prevê alta de 14% no consumo de produtos de Natal, em termos de volume, neste ano. Essa lista inclui itens como panetões e aves.

A projeção de avanço, disse Milan, está associada a fatores como o aumento no número de marcas, além da derrubada de medidas restritivas para frear a Covid-19.

A pesquisa da Abras contempla diferentes tipos de lojas, de supermercados tradicionais a minimercados, hipermercados, atacarejos e e-commerce.

Em outubro, o gasto com uma cesta de 35 produtos de largo consumo cresceu 2,20% em relação a setembro, para R\$ 700,04, calcula a entidade. Na comparação com outubro do ano passado, a cesta ficou mais cara em 17,27%.

IBGE

Produção industrial cai 0,6% impulsionada por 5 estados

Cinco estados foram os responsáveis pela queda de 0,6% da produção da indústria nacional na passagem de setembro para outubro deste ano, entre eles São Paulo, maior parque industrial do país, com um recuo de 3,1%.

Os outros locais foram Santa Catarina (-4,7%), Pará (-4,2%), Minas Gerais (-3,9%) e Espírito Santo (-1%). Os dados foram divulgados hoje (9), no Rio de

Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A queda nacional não foi maior porque nove dos 15 locais pesquisados tiveram alta na produção no período, com destaque para Nordeste (5,1%), Mato Grosso (4,8%) e Ceará (4,1%). Goiás manteve-se estável.

Na comparação com outubro de 2020, 13 dos 15 locais pesquisados tiveram recuo, sendo os

maiores deles observados no Pará (-14,2%), Santa Catarina (-12,5%), São Paulo (-12,3%) e Amazonas (-11,9%). Rio de Janeiro e Espírito Santo foram os únicos estados com alta, respectivamente de 6,6% e 6,1%.

EM ALTA

No acumulado do ano, dez dos 15 locais analisados tiveram alta, com destaque para Santa Catarina (13,8%), Minas Gerais

(12%) e Paraná (11,2%). Dos cinco locais em queda, Bahia apresentou a maior retração: -13,1%.

Altas em dez dos 15 locais também foram registradas no acumulado de 12 meses, também com destaque para Santa Catarina (13,9%), Minas Gerais (11,9%) e Paraná (12%). E a Bahia, mais uma vez, teve a maior queda (-10,8%), entre os cinco locais com perda na produção.

17 SETORES

Plenário do Senado prorroga por dois anos desoneração da folha

RENATO MACHADO E THIAGO RESENDE/FOLHAPRESS

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até dezembro de 2023.

O projeto foi aprovado de maneira simbólica pelos senadores. Como já havia recebido o aval dos deputados, segue direto para a sanção do presidente Jair Bolsonaro - que também já se manifestou favoravelmente à proposta.

A desoneração da folha de pagamento para 17 setores perderia validade no dia 31 de dezembro. Por isso, o setor empresarial vinha se articulando e pressionando o Congresso Nacional para que a medida fosse prorrogada.

A proposta inicial previa a prorrogação até o fim de 2026. No entanto, durante a tramitação na Câmara, os deputados decidiram reduzir esse prazo para até o fim de 2023.

Essa data entra em consonância com o defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, que chegou a anunciar a prorrogação da desoneração por mais dois anos.

A medida também inicialmente enfrentava resistência da equipe econômica, uma vez que afeta a arrecadação de impostos federais.

A desoneração da folha de pagamentos começou no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, sob o argumento de manutenção de empregos.

Em 2018, o benefício deixou de beneficiar 56 setores para contemplar 17, até o ano passa-

do, quando Bolsonaro prorrogou a medida por mais um ano.

Atualmente, a medida beneficia companhias de call center, o ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de empresas de comunicação, companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil e de obras de infraestrutura.

A medida permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% sobre a remuneração dos funcionários para a Previdência Social (contribuição patronal).

Isso representa uma diminuição no custo de contratação de mão de obra. Por outro lado, significa menos dinheiro nos cofres públicos.

A equipe econômica chegou a informar que a desoneração resultaria em um impacto de R\$ 8 bilhões por ano. Segundo a IFI (Instituição Fiscal Independente), esse custo seria de R\$ 6 bilhões.

A desoneração da folha foi aprovada no dia 17 de novembro pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Como a sua tramitação se deu em caráter terminativo, não houve necessidade de ser votada pelo plenário da Casa e seguiu direto para o Senado.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), então decidiu dar celeridade para a tramitação da proposta e decidiu levar direto ao plenário. O

senador mineiro também recebeu nesta semana uma comitiva de empresários dos setores beneficiados pela medida, ocasião em que garantiu a votação da proposta nesta quinta-feira.

O relator da medida na Casa, o vice-presidente Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), seguiu o acordo firmado durante a tramitação na Câmara e não promoveu alterações - o que resultaria na volta da proposta para a Câmara.

Veneziano, por exemplo, recusou uma emenda proposta pelo senador Esperidião Amin (PP-SC) que busca incluir as empresas do setor de fundição entre as beneficiadas pela desoneração. Carlos Portinho (PL-RJ), por sua vez, tentou sem sucesso incluir as empresas da indústria naval.

"Entendemos que após o aumento da vacinação contra a covid-19 e consequente redução de média de novos casos, o reaquecimento da economia impõe estímulos fiscais e a prorrogação (ou manutenção) dos já existentes. Assim, ressaltamos que a desoneração proposta neste projeto já consta historicamente em nosso ordenamento e, com a aprovação desta Casa, continuará a atender os mesmos setores", afirmou o relator em seu texto.

Recursos para a prorrogação da desoneração da folha foram assegurados com a promulgação na quarta-feira passada da PEC dos Precatórios. Segundo assegurou o ministro Paulo Guedes, o espaço fiscal aberto pela PEC dos Precatórios será direcionado para ações como o programa Auxílio Brasil, com-

pra de vacinas e a desoneração da folha de empresas.

Em nota, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo afirma que se trata de um "passo indispensável dar às empresas as condições necessárias para atravessar esse momento difícil não só preservando empregos, mas também com capacidade de gerar mais postos de trabalho", afirma texto assinado pelo coordenador-geral da frente, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP).

Também nesta quinta-feira, os senadores aprovaram projeto de lei que prorroga a isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na compra de veículos para transporte de passageiros - os táxis - e estende o benefício para portadores de deficiência. O benefício fica prorrogado até 31 de dezembro de 2026.

A proposta foi aprovada de maneira simbólica pelos senadores, mas ficaram pendentes as votações de destaques, agendadas para a próxima semana.

Os beneficiados pela medida poderão comprar veículos novos de até R\$ 200 mil - considerando o preço final, incluindo todos os impostos. Apesar de aprovada, os senadores reagiram a uma modificação realizada pelos deputados federais, que apontaram a supressão de outro benefício para arcar com a isenção do IPI previsto na proposta.

O texto prevê a extinção do benefício de alíquota zero da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incluídos na aquisição de produtos destinados ao uso em hospitais e outros prestadores de serviços de saúde, bem como sobre sêmens e embriões.

CONAB

Safra de grãos pode chegar a 291,1 milhões de toneladas

Com o clima favorável na maioria das regiões produtoras de grãos no país, a safra nacional pode chegar a 291,1 milhões de toneladas na temporada 2021/22, como revela levantamento divulgado ontem pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Caso se confirme a previsão, o volume a ser colhido será superior em 38,3 milhões de toneladas, se comparado com o ciclo anterior, o que representa um in-

cremento de 15,1%.

A Conab lembra que, em novembro deste ano, foi registrado grande volume de chuva, chegando a ultrapassar a média em diversas localidades, principalmente nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e no Matopiba (região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), o que favorece o desenvolvimento das culturas de 1ª safra. No entanto, no Sul do país, a chuva regis-

trada não foi suficiente para atingir a média em grande parte da região. De acordo com a companhia, soja e milho seguem como os dois principais produtos que puxam o bom resultado. Para a oleaginosa é esperada uma ampliação de 3,7% na área a ser semeada, chegando a 40,3 milhões de hectares. A produtividade tende a se manter próxima à obtida na safra anterior, estimada atualmente em 3.539 kg/ha. Com isso, é esperada uma colheita de 142,8

milhões de toneladas, desempenho que mantém o país como o maior produtor mundial de soja.

No caso do milho, informa a Conab, a expectativa de crescimento é de 34,6% na produção total, com um volume previsto em 117,2 milhões de toneladas. O alto percentual reflete a recuperação nas produtividades, principalmente da segunda safra do cereal, que foi impactada negativamente no ciclo 2020/21 pelas adversidades climáticas registradas.

Segundo a Conab, há expectativa de crescimento também na área de plantio do algodão. A previsão é que o cultivo ocorra em uma área de 1,49 milhão de hectares, resultando em um aumento da produção. Apenas para a colheita da pluma da fibra é esperado um aumento de 10,7% em comparação à safra 2020/21, chegando a 2,6 milhões de toneladas.

Diário do Acionista www.diariodoacionista.com.br		Administração - Redação		 ACESSE NOSSO SITE
Administração, redação e departamento comercial		CESAR FIGUEIREDO - Diretor FELIPE SOARES - Diretor		
Rio de Janeiro São Paulo		PAULO DETTMANN - Editor Chefe HAROLDO PAULINO - Diagramação		
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628 - Cláudio 99539-3634-Vivo		redacaodiariodoacionista@gmail.com		
Rua Olímpias, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899		PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil		

MARCO DO SETOR

Governo autoriza construção e operação de nove ferrovias

As nove primeiras autorizações de construção e operação de ferrovias dentro do programa Pró-Trilhos foram assinadas ontem por seis empresas e o governo federal.

O programa foi criado a partir do novo Marco Legal das Ferrovias para estimular a ampliação da malha ferroviária nacional pela iniciativa privada, por meio de outorga por autorização.

De acordo com o Ministério dos Transportes, as estradas de ferro autorizadas têm potencial de agregar 3.500 quilômetros de

novos trilhos à rede ferroviária, com R\$ 50 bilhões em investimentos privados.

Entre as empresas autorizadas está a Ferroeste, que já atua como concessionária. As outras são ingressantes no setor: a companhia de celulose Bracell, a administradora do Terminal Portuário de Alcântara, Grão Pará, a consultoria Macro Desenvolvimento, a empresa do setor de portos Petrocity e a mineradora Planalto Piauí Participações.

Há projetos em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Espi-

rito Santo, Minas Gerais, Distrito Federal, Pernambuco e Piauí.

O governo já recebeu 36 propostas de novas estradas de ferro, que correspondem a mais de 11 mil quilômetros de novos trilhos e somam R\$ 150 bilhões em investimentos previstos, segundo o ministério.

A elevada demanda por novos trechos após a mudança nas regras surpreendeu o governo e, segundo a consultoria GO Associados, tem potencial para gerar cerca de 2,5 milhões de empregos e um efeito de R\$ 342 bilhões na cadeia produtiva do setor,

com encomendas de bens, insumos e serviços.

O mercado espera alguma mortandade de projetos, mas o Ministério da Infraestrutura diz que identifica na lista empreendimentos robustos, geralmente associados a terminais portuários ou a donos de carga, como empresas mineradoras e de celulose.

A autorização para a construção de ferrovias depende apenas de análise dos projetos pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e do apetite do investidor.

SENADO

Aprovado projeto que obriga apps a dar ajuda financeira e seguro

RENATO MACHADO/FOLHAPRESS

O plenário do Senado aprovou ontem um projeto de lei que prevê algumas medidas de proteção para entregadores de aplicativos durante a pandemia da Covid-19, como pagamento de ajuda financeira por 15 dias aos profissionais afastados por terem sido infectados pelo novo coronavírus.

A proposta foi aprovada de maneira simbólica pelos senadores. Como já havia recebido aval positivo na Câmara dos Deputados, segue direto para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O projeto de autoria do deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) prevê uma série de medidas que devem permanecer em vigor até o fim da emergência em saúde pública. A proposta havia sido apresentada em abril do ano passado.

O relator no Senado, Raulo de Rodrigues (Rede-AP), afirmou que não aceitou emendas ao texto justamente porque iria resultar no retorno da proposta à Câmara dos Deputados, atrasando ainda mais a concessão desses direitos aos profissionais.

Os entregadores chegaram a fazer protesto pedindo taxas mais justas para as empresas de aplicativos e ajuda com itens básicos de proteção durante a pandemia de coronavírus.

O texto aprovado pelos depu-

tados e agora pelos senadores prevê que as empresas de aplicativos devem "contratar seguro contra acidentes, sem franquia, em benefício do entregador nela cadastrado, exclusivamente para acidentes ocorridos durante o período de retirada e entrega de produtos, devendo cobrir, obrigatoriamente, acidentes pessoais, invalidez permanente ou temporária e morte".

Como muitos entregadores atuam para mais de um aplicativo, o texto estabelece que a indenização a ser paga em casos de acidentes devem ser de responsabilidade da empresa para o qual ele estiver prestando serviços no momento.

O projeto diz que a empresa de aplicativo deve assegurar ao entregador afastado por Covid-19 uma ajuda financeira pelo período de 15 dias, prorrogado por mais dois períodos de 15 dias, mediante apresentação do comprovante ou de laudo médico.

A assistência financeira será calculada de acordo com a média dos três últimos pagamentos mensais recebidos pelo entregador.

A ajuda está condicionada à apresentação de comprovante de resultado positivo para Covid-19, obtido por meio de exame RT-PCR, ou laudo médico atestando o afastamento.

O projeto de lei também determina que as empresas devem

fornecer aos entregadores um conjunto de informações sobre os riscos da Covid-19 e formas de se prevenir e evitar a disseminação do vírus.

Além disso, deverá disponibilizar máscaras e álcool em gel ou outro material higienizante para a proteção pessoal -seja entregando os itens, por meio de repasses ou reembolso das despesas com esse fim.

O texto também prevê que as empresas devem adotar formas para buscar evitar o contato dos entregadores com outras pessoas durante a retirada e entrega dos produtos e alimentos. Os trabalhadores também devem ser permitidos a usar banheiros e instalações sanitárias dos estabelecimentos e ter acesso a água potável.

O texto diz ainda que a empresa fornecedora do produto ou do serviço deve adotar medidas para que o entregador não tenha contato com o consumidor final.

"Durante o período estabelecido no caput deste artigo, deverá ser adotada prioritariamente pela empresa de aplicativo de entrega e pela empresa fornecedora do produto ou do serviço a forma de pagamento pela internet", afirma o texto.

Além disso, no contrato ou termo de registro celebrado entre a empresa de aplicativo e o entregador deverão constar ex-

pressamente as hipóteses de bloqueio, suspensão ou exclusão do entregador da plataforma digital.

A aplicação da exclusão de conta será precedida de comunicação prévia, com pelo menos três dias úteis, e será acompanhada das razões que motivaram a decisão, que deverão ser fundamentadas, preservada a segurança e a privacidade do usuário da plataforma.

"O prazo previsto no parágrafo deste artigo não se aplica aos casos de ameaça à segurança e à integridade da plataforma eletrônica, dos restaurantes e dos consumidores, em razão de suspeita de prática de infração penal prevista na legislação vigente", afirma o texto.

As empresas infratoras receberão advertência e multa de R\$ 5 mil por infração.

O projeto também afirma que os benefícios previstos não servirão de base para caracterização da natureza jurídica da relação entre os entregadores e as empresas de aplicativo de entrega.

Como o jornal Folha de S.Paulo mostrou neste domingo, um estudo encomendado pelo governo Jair Bolsonaro para subsidiar uma nova reforma trabalhista propõe, entre outras medidas, trabalho aos domingos e proibir o reconhecimento de vínculo de emprego entre prestadores de serviço e aplicativos.

PESQUISA

13º salário alcança menos da metade dos devedores

DANIELE MADUREIRA/FOLHAPRESS

O 13º salário de mais de três quartos (77%) dos consumidores inadimplentes tem destino certo: pagamento de dívidas. Destes, 35% disseram que a verba extra seria usada para pagar o cartão de crédito ou de lojas. Os dados integram levantamento feito eletronicamente em novembro pela empresa de recuperação de crédito Intervalor, com 383 inadimplentes em todo o país.

Menos da metade dos entrevistados (45%) têm direito ao 13º, que é pago a trabalhadores com carteira assinada. A maioria dos inadimplentes ouvidos na pesquisa (55%) é formada por autônomos, donos de pequenos negócios ou desempregados. Ainda assim, três quartos da amostra (75%) se declaram como o principal responsável financeiro pelo seu núcleo familiar.

"O percentual de entrevistados que receberão o benefício é inferior a 50% e esse número deixa evidente a crise pela qual o Brasil está passando", diz Felipe Santos, diretor de operações da Intervalor. Na pesquisa anterior, feita em 2019, a quantidade de trabalhadores com direito ao 13º era maior, 53%.

Em relação à pesquisa de 2019, aumentou o total de consumidores inadimplentes que pretende usar o benefício para pagar dívidas: eram 72% há dois anos, contra 77% agora com esta intenção. Este ano, outros 11% pretendem guardar o dinheiro para possíveis emergências, enquanto 7% vão investir o montante.

"Se este consumidor inadimplente já renegociou sua dívida e vai usar o que sobra da renda extra para poupar ou investir, é um sinal de maturidade financeira", diz Santos. Outros 4% pretendem usar a renda extra para compras de Natal e 1% para viajar.

A segunda parcela do 13º será paga aos trabalhadores com carteira assinada até o dia 20 de dezembro. A primeira parte já foi depositada -por lei, o dinheiro tem que cair na conta do trabalhador até o dia 30 de novembro. Na segunda parcela o dinheiro chega com descontos da contribuição ao INSS e do Imposto de Renda, se o trabalhador não for isento. O governo federal antecipou as parcelas do 13º do INSS (Instituto Nacional do Seguro

Social) e, pelo segundo ano seguido, os aposentados não contarão com o dinheiro extra no segundo semestre.

Entre os participantes que recebem o 13º e têm contas em atraso, a pesquisa apontou que 23% querem usar o dinheiro para acertar contas de consumo pendentes, como água e luz, 19% pretendem quitar outras dívidas, 7% vão pagar empréstimos bancários, 5% vão pagar o financiamento do veículo, 5% vão quitar o aluguel, 3% pretendem devolver o dinheiro emprestado de parentes ou amigos, enquanto 3% vão pagar a mensalidade da escola ou da universidade.

O 13º salário sempre foi aguardado com ansiedade para gastos extras típicos de fim de ano, como festas, presentes e viagens, ou mesmo a reforma da casa ou a troca de carro. Mas em tempos de inflação alta e recessão técnica, como a apontada pela queda de 0,1% no PIB (Produto Interno Bruto) do terceiro trimestre, chama a atenção o uso da renda para quitar contas recorrentes em atraso -como aluguel, financiamento do veículo e mensalidade escolar.

Na opinião de Felipe Santos, preocupa o fato de o consumidor incorporar o cartão como parte da renda. "Além de arcar com os altos juros do rotativo, uma das taxas mais caras do mundo, quem eventualmente não conseguir pagar esta dívida perde acesso à linha de crédito", afirma.

"É uma grande armadilha", diz ele, lembrando que, mesmo quando é acionado o parcelamento automático (depois de duas faturas pagas parcialmente), há a cobrança de juros. Ele diz que não se trata de abandonar o cartão de crédito, mas é preciso usá-lo dentro do limite da renda de cada um.

As previsões para a economia em 2022 estão pouco animadoras, lembra Santos. Além da recessão técnica, o Brasil (e o mundo) ainda enfrentam a pandemia e suas variantes, parte das empresas freiam investimentos em ano eleitoral e o aumento da taxa Selic, como o anunciado nesta quarta-feira (8) pelo Banco Central, torna os futuros empréstimos mais caros.

"A possibilidade de aumento do desemprego é real e as pessoas precisam ser cada vez mais conscientes no seu planejamento financeiro", diz.

BANCO DIGITAL

Ações sobem 15% na estreia e Nubank se torna 3ª empresa mais valiosa do País

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

Em sua estreia na Bolsa de Nova York (NYSE), nos Estados Unidos, as ações do Nubank não foram afetadas pelo sentimento de maior aversão ao risco que dominou os mercados globais ontem. Os papéis encerraram com uma forte valorização de 14,78%, cotados a US\$ 10,33 (R\$ 57,39).

O movimento foi na contramão do observado entre os principais índices acionários das bolsas americanas -o S&P 500 encerrou com queda de 0,72%, enquanto o Nasdaq recuou 1,71%. O Dow Jones ficou próximo da estabilidade.

Na abertura dos negócios, a alta dos papéis da fintech chegou a superar os 30%, o que fez o valor de mercado saltar para a casa dos US\$ 50 bilhões (R\$ 277,8 bilhões). No final do pregão, a empresa encerrou com valor de mercado de US\$ 47,6 bilhões (R\$ 264,45 bilhões).

Na véspera, a empresa foi avaliada pelos investidores em cerca de US\$ 41,5 bilhões (R\$ 230,56 bilhões), quando o valor por ação

foi fixado em US\$ 9 (R\$ 50).

Na B3, em que foram listados simultaneamente certificados correspondentes às ações negociadas na Nyse, os BDRs do Nubank subiram 20,1% nesta quinta, a R\$ 10,04.

Com o resultado, o banco digital se posiciona como a terceira maior empresa brasileira com ações listadas em Bolsa de Valores em valor de mercado.

O Nubank fica atrás apenas de Petrobras (US\$ 70,7 bilhões, R\$ 392,7 bilhões) e Vale (US\$ 69,3 bilhões, R\$ 385 bilhões).

Pelo critério de valor de mercado, a fintech já está à frente de nomes como Ambev (US\$ 43,7 bilhões, R\$ 242,8 bilhões) e Itaú Unibanco (US\$ 36,5 bilhões, R\$ 202,7 bilhões), sendo a instituição financeira mais valiosa da América Latina, de acordo com cálculos de investidores.

"A reflexão mais importante desse IPO é como a visão do investidor estrangeiro sobre tecnologia é muito diferente da visão do investidor nacional", diz Thiago Lobão, fundador e presidente executivo da Catarina Capital,

gestora de investimentos voltada para o setor de tecnologia e que aportou recursos na oferta do banco digital.

Segundo ele, enquanto no mercado local alguns analistas enxergaram com certo ceticismo a chegada da fintech à Bolsa, já em uma escala mais global, foi possível verificar, pela forte alta dos papéis, que a visão é bem mais favorável em relação à evolução para o negócio.

"Com o IPO, o Nubank tem a missão agora de começar a partir para um rumo de geração de lucratividade e ser um gerador de caixa em maior intensidade, mas o investidor estrangeiro olha isso com muito mais paciência e com paralelos bem mais sustentáveis de outras empresas de tecnologia do que o investidor brasileiro", afirmou Lobão.

Um dos questionamentos de parte do mercado diz respeito à falta de lucratividade do banco -de janeiro a setembro, o grupo teve prejuízo de US\$ 99,1 milhões (R\$ 550,6 bilhões).

Ele acrescenta que a diferença de percepção de investidores bra-

sileiros e internacionais sobre o negócio digital ajuda a explicar a demanda significativamente superior vinda de bolsos de fora do país, ante os locais.

O ambiente menos benigno do que se previa até pouco tempo atrás para as empresas de tecnologia, reconhece Lobão, pode trazer volatilidade para a performance das ações ao longo das próximas sessões.

Mas em um horizonte de médio e longo prazo, acrescenta ele, as perspectivas se desenham bastante positivas para o crescimento do negócio.

No final do mês passado, o Nubank disse que as afiliadas de Sequoia Capital, Tiger Global Management, SoftBank Latin America Funds e outros iriam ancorar o IPO e comprar ações no valor de pelo menos US\$ 1,3 bilhão (R\$ 7,2 bilhões).

Danielle Lopes, analista da casa de análise Nord Research que recomendou aos investidores que não entrassem na oferta, assinala que, a partir de agora, as atenções estarão todas centradas na última linha do balanço do banco digital.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
FLEURY S/A, CNPJ: 60.840.055/0291-13, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/201.609/2007, Licença Ambiental Municipal para atividade de eletrocardiografia, ultra-sonografia, posto de coleta de laboratório de análises clínicas, ecocardiografia, mamografia, assistência médica sem internação para o endereço Rua Carolina Meier, nº 36, Complemento: 36A, Meier, Rio de Janeiro/RJ.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PÁTRIA AMADA BRASIL. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2021**
O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 111/2021 no dia 22/12/2021 às 14h00min. - Objeto: (Bomba para circulação extracorpórea ultrasegura, modulada com cinco posições e acompanhada com central de gestão de alarmes) Processo nº. 33409.007943/2021-36. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pl-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PÁTRIA AMADA BRASIL. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2021**
O Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 117/2021 no dia 23/12/2021 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de Monitores Multiparâmetros SP para UTI / Monitores de Transporte SP / Central de Monitorização, Processo nº. 33409.007943/2021-62. Desconsiderar publicação do dia 30/11/2021. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pl-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Diário do Acionista. Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

Cardeal TempestaOrani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro**Alegrai-vos
no Senhor**

Celebramos neste domingo o terceiro desse tempo do Advento e o dia da Coleta pela Evangelização (Ide, sem medo, para servir). Este é o domingo conhecido como gaudete, ou da alegria, celebrado sempre no terceiro Domingo do Advento. Significa que o nosso coração se enche de alegria, pois o Senhor está próximo. No Advento, aguardamos ansiosos o nascimento de Jesus, e na Quaresma, aguardamos a ressurreição de Jesus.

Neste domingo, pode-se usar os paramentos na cor rosa ou um roxo mais suave. Pois começamos a viver a grande expectativa da noite de Natal. As leituras da missa a partir desse domingo começam a retratar de maneira mais clara o mistério do nascimento de Jesus, e entramos no período da Novena de Natal propriamente dito, iniciando a segunda parte desse tempo do Advento.

O tempo do Advento é um período que passa rápido e, por isso, ele deve ser bem vivido, a partir da vigilância e da oração, aguardando o Senhor que virá. Somos convidados também a preparar o nosso coração por meio da confissão sacramental, ou seja, a limpar o nosso coração de todas as impurezas para que o Senhor possa ali nascer. Deus nunca nos abandona e está presente no seu filho que veio pessoalmente ao nosso encontro. Devemos respirar e repetir nas batidas do nosso coração: vem, Senhor Jesus!

A primeira leitura deste domingo é da profecia de Sofonias (Sf 3, 14-18a). O profeta fala para o povo se encher de alegria e alegrar-se de todo o coração. Pois o Senhor revogou a sentença que tinha contra Jerusalém e nunca mais o mal atingiria aquele povo. O profeta já prevê a alegria que o povo terá com o nascimento de Jesus e a salvação que virá sobre todo o povo com o nascimento e, posteriormente, com a morte e ressurreição na cruz. A promessa de Deus se cumpriria para aquele povo e ele permanece fiel à aliança.

O salmo responsorial é o trecho de Isaías 12, dentro do contexto da liturgia de hoje. O salmo fala da alegria, ou seja, o povo de Israel deve se alegrar no Senhor, pois Ele nunca esquece o seu povo. Ele é justo e fiel, e está sempre pronto a acolher aqueles que d'Ele se aproximam, e no tempo oportuno enviou o seu filho para a cumprir a promessa feita e salvar o povo.

A segunda leitura é da carta de São Paulo aos Filipenses (Fl 4, 4-7): São Paulo diz à comunidade para alegrar-se no Senhor. Ainda no contexto de que a comunidade e Paulo achavam que a segunda vinda de Cristo seria eminente, ou seja, seria logo. Paulo diz à comunidade que deve apresentar a Deus as suas orações e súplicas e não esquecer de agradecer sempre. Portanto, alegremo-nos sempre no Senhor, pois Ele nunca esquece de nós e está sempre pronto a atender nosso pedido. Peçamos sempre ao Senhor aquilo que trazemos em nosso coração e não esqueçamos nunca de agradecer. Agradecemos, sobretudo, por Deus nos ter dado Jesus como presente.

O Evangelho deste domingo é de Lucas (Lc 3, 10-18). A multidão perguntava a João o que ela deveria fazer para mudar de vida e aguardar o Messias que viria. São João diz que um deve ser solidário com o outro, ou seja, cada um deve servir e amar o próximo. Quem tiver duas túnicas, deve dar uma. Quem tiver comida sobrando, partilhe com aqueles que pouco ou nada têm.

Nos dias de hoje, vivemos em um tempo que devemos praticar a partilha e a solidariedade. Os tempos são difíceis para muitos. A solidariedade natalina deve demonstrar o nosso compromisso com a fraternidade diária com nossos irmãos e irmãs. Dessa forma, poremos em prática o mandamento de Deus, de amar o nosso próximo e, dessa forma, celebraremos um Natal mais feliz e Deus se alegrará conosco.

As pessoas pensavam que João Batista fosse o Messias, mas ele mesmo declara que não é. Ele batizava com água, e o Messias quando viesse batizaria com a água e o Espírito Santo. João pregava um batismo de conversão, para que as pessoas convertessem o seu coração e o seu espírito para a vinda do Messias.

Estamos nesse período de conversão aguardando ansiosos a vinda do Messias, preparemos o nosso coração e a nossa vida para acolher Jesus que vem. Mudemos as nossas atitudes e sejamos mais solidários com o próximo. Aproveitemos este tempo do Advento e preparemos a nossa casa e a nossa vida para acolher Jesus que vem.

Acontece ainda nesse domingo a Coleta da Campanha para a Evangelização de 2021. Sejamos solidários na Eucaristia de hoje, e que possamos dar a nossa contribuição para que a missão da Igreja continue. Que o Evangelho de Jesus Cristo possa ser pregado em diversos lugares, sobretudo nos mais longínquos e pobres.

Celebremos com alegria o terceiro Domingo do Advento, assim como convida a liturgia de hoje (gaudete), e nos preparemos nesses dias do tempo do Advento para acolher Jesus que vem. Sejamos como João Batista e anunciemos Jesus aonde formos, preparemos as pessoas para acolher Jesus Cristo e seu evangelho. Que através do nosso anúncio, muitos corações se convertam.

BELFORD ROXO**Meninos foram mortos após sessão de tortura na Baixada**

JÚLIA BARBON/FOLHAPRESS

Os três meninos que desapareceram há quase um ano em Belford Roxo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, foram mortos por causa de uma sessão de tortura em que houve excesso por parte de traficantes, de acordo com a Polícia Civil fluminense.

Segundo o delegado Uriel Alcântara, que chefiou as investigações, eles foram condenados em uma espécie de tribunal do crime após terem furtado duas gaiolas de passarinhos do tio de um traficante. Um dos garotos acabou morrendo durante as agressões e, para "resolver o problema", decidiu-se matar os outros dois.

Os investigadores esclareceram ontem, em entrevista coletiva, a suposta dinâmica dos eventos. Os primos Lucas Matheus da Silva, 8, e Alexandre da Silva, 10, e o amigo deles, Fernando Henrique Soares, 11, saíram de casa para brincar por volta das 11h30 de 27 de dezembro, na comunidade do Castelar.

Depois, eles foram vistos dentro do conjunto habitacional onde viviam com duas gaiolas nas mãos. Dali, saíram por um buraco no muro e seguiram por uma pequena trilha. Segundo crianças com quem brincavam, eles se dirigiram à feira de Areia Branca, a cerca de 2 km de distância e fora das barricadas da favela.

Às 13h39, uma câmera de segurança filmou o trio andando sem as gaiolas em direção a essa feira, onde também foram vistos por testemunhas. Em algum momento no retorno para casa, eles foram capturados, torturados e mortos, de acordo com a

polícia, que não sabe qual deles foi assassinado primeiro.

Uma das conversas interceptadas nas apurações mostra dois homens não identificados falando sobre o caso: "Me colocaram como suspeito dessa morte das crianças também. Não viu, não, na televisão?", pergunta um. "E tu não quis nem bater, lembra?", responde o outro.

Depois dos homicídios, traficantes foram até um bar montados em duas motos e exigiram que um homem transportasse os corpos de carro. Eles foram para o alto da comunidade, colocaram sacos pretos no portamalas e então dirigiram até um rio da região, onde os corpos foram jogados.

A Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBFF) abriu o inquérito para investigar o caso ainda em dezembro, mas diz ter encontrado muitas dificuldades pela dinâmica do evento e por ser uma área dominada pelo tráfico, em que diligências simples requerem muita estrutura e planejamento. Também afirma que não podia dar muitas informações às famílias das vítimas, que moram ali.

Alvo de críticas no último ano pela demora em descobrir o paradeiro dos garotos, Uriel Alcântara rebateu que o caso foi tratado como prioridade desde o início: "Para a Polícia Civil qualquer caso com criança e adolescente é uma prioridade, e prioridade não necessariamente é sinônimo de celeridade. Cada fato investigado tem a sua complexidade".

A apuração contou com diversas operações e diligências, mas só teve um avanço mais significativo a partir de maio, quando uma testemunha-chave

de presenciou parte dos fatos confirmou a hipótese do furto das aves.

No total, foram ouvidas 71 testemunhas com mais ou menos importância nos eventos. Foram também realizadas interceptações telefônicas, quebras de sigilo de celulares e buscas em dois pontos do rio, mas os delegados decidiram paralisá-las porque avaliaram que os corpos não seriam achados após tantos meses.

Paralelamente, foi aberto em janeiro um inquérito para apurar o tráfico de drogas na comunidade, que é comandada pela facção criminosa Comando Vermelho. Essas duas investigações foram complementares para se chegar à grande operação realizada nesta quinta na região.

Cerca de 250 agentes participaram da ação para cumprir 56 mandados de prisão provisória, cinco deles pelo triplo homicídio com ocultação de cadáver e os outros por associação para o tráfico. Ao todo, 16 pessoas foram presas nesta quinta. Outros 15 alvos já se encontravam no sistema prisional.

Entre os cinco suspeitos de envolvimento direto na morte dos garotos, alvos dos mandados, estão três pessoas mortas entre agosto e outubro: o então chefe do tráfico na favela, José Carlos Prazeres da Silva (Piranhão), o gerente Willer Castro da Silva (Estala) e a gerente de logística Ana Paula da Rosa Costa (Tia Paula).

"Em agosto, essa questão [o assassinato dos meninos, que atraiu muita atenção da mídia e da polícia] começa a incomodar a cúpula do Comando Vermelho, também por uma série de outros fatores, e existe uma rup-

tura na estrutura do tráfico", disse o delegado.

"É a primeira vez que se vê um chefe do tráfico ser morto por uma questão que não seja uma guerra de facção ou traição. Essas execuções são mais um argumento de reforço que agregamos ao inquérito para corroborar os depoimentos e dados de inteligência", acrescentou ele.

O quarto mandado de prisão expedido em razão da morte das crianças mira Edgar Alves de Andrade (Doca), também líder do crime na comunidade do Castelar na época, que está foragido. O quinto suspeito foi preso na operação, mas não teve seu nome divulgado por risco à sua vida.

A testemunha-chave citada pelo delegado contou, em depoimento gravado pela polícia, ter visto Estala fazendo a outro criminoso que haviam matado as crianças porque furtaram o passarinho de um "tio". Nessa conversa, Estala também indicou que Piranhão e Doca haviam autorizado os assassinatos.

Por último, um sexto investigado: o motorista que confessou ter levado os corpos ao rio. Segundo Uriel Alcântara, o crime de ocultação de cadáver não fundamenta um pedido de prisão provisória, por isso ele continua em liberdade. Tia Paula, por sua vez, foi quem chamou esse motorista.

"Com a alteração do organograma motivado pelas execuções e destituições ordenadas pela cúpula da facção, as comunidades permaneceram sob a liderança de 'Doca ou Urso' e geridas por novos gerentes, que permanecerão sendo investigados em novos inquéritos, até que sejam capturados", conclui um relatório divulgado pela polícia.

AGLOMERAÇÃO**Paes se enrola, volta atrás e mantém Réveillon com fogos em Copacabana**

JÚLIA BARBON/FOLHAPRESS

O prefeito Eduardo Paes (PSD) voltou atrás e decidiu que o Rio de Janeiro terá queima de fogos no Réveillon. A prefeitura vai realizar o espetáculo em Copacabana e em outros nove pontos da cidade, mas não haverá shows ao vivo.

Serão 16 minutos de fogos na praia da zona sul carioca, com 10 balsas distribuídas pela orla e 25 torres de som com música e contagem regressiva —antes, a ideia era montar três palcos ali. O bairro, porém, sofrerá restrições de acesso, já que a intenção é que o público se espalhe.

Os outros nove pontos serão: Flamengo (zona sul), Piscinão de Ramos, Ilha do Governador, Igreja da Penha, Parque Madureira (zona norte), Barra da Tijuca, Re-

creio, Bangu e Praia de Sepetiba (zona oeste). Normalmente, são montados palcos nesses bairros, mas não queimas de fogos.

"O que estamos anunciando hoje é uma versão mais simples do Réveillon. O que nós tivemos como premissa é ter espetáculos de fogos de artifício que sejam visíveis de diversos pontos da cidade, porque queremos uma festa o mais democrática possível e nosso desejo é não ter muita concentração de pessoas em Copacabana", declarou Paes ontem.

No último sábado, em meio ao avanço da variante Ômicron do coronavírus, o prefeito havia publicado em seu Twitter que as comemorações estavam canceladas porque o comitê científico estadual teria sido contra a realização do evento. "Como são opiniões

divergentes entre comitês científicos, vamos sempre ficar com a mais restritiva", escreveu.

Segundo Paes, a notícia "provocou uma reação do governador" Cláudio Castro (PL), que disse que não era bem aquilo que o comitê havia decidido formalmente. Eles então se reuniram na segunda (6), quando o prefeito prometeu apresentar uma "proposta intermediária".

A estrutura da festa de Anô-novo ainda vai ser detalhada em uma nova entrevista coletiva no dia 20 de dezembro, mas por enquanto a prefeitura anunciou uma série de restrições no trânsito. Ônibus fretados, por exemplo, serão proibidos de entrar na cidade a partir das 19h do dia 30.

Já o acesso de veículos em Copacabana será fechado às 19h

do dia 31 de dezembro, exceto para moradores, hóspedes e trabalhadores, que poderão entrar até as 22h apresentando comprovante. O estacionamento na orla da região também será bloqueado no dia 30.

Na noite da virada, o metrô não vai funcionar 24 horas, as linhas de ônibus regulares não serão reforçadas e não serão criados novos pontos, como em outros anos.

Quem vai bancar a queima de fogos nos dez locais da cidade é o próprio município, já que a prefeitura não conseguiu patrocínio para o evento pela indefinição das festas. Além da ameaça da variante ômicron do coronavírus, o Rio de Janeiro vive atualmente uma explosão de casos de gripe.

Nota**UNIÃO E PREFEITURA DO RIO TENTAM ACORDO PARA DESTRAVAR CONCESSÃO DE ARENAS OLÍMPICAS**

O governo Bolsonaro e a Prefeitura do Rio, sob gestão Eduardo Paes (PSD), negociam um acordo para destravar a licitação para concessão de arenas do Parque Olímpico da Barra da Tijuca. O certame marcado para o mês passado foi suspenso pela Justiça Federal a pedido da AGU (Advocacia Geral da União), atual gestora da área sob disputa. A gestão Paes divulgou em julho o plano para conceder à iniciativa

privada o Centro Olímpico de Tênis e as arenas 1 e 2 por 15 anos. Os espaços, porém, foram cedidos pelo município à União em dezembro de 2016, nos últimos dias de mandato do atual prefeito, que retornou ao cargo quatro anos depois. A intenção do município era desfazer a cessão após a conclusão da disputa. O objetivo era evitar assumir a gestão do espaço sem a garantia de interessados da iniciativa privada. À Justiça, a AGU alegou que tem compromissos fechados para o uso do espaço e alega ter gasto R\$ 9,5 milhões só no ano passado para manter as três arenas.

GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ MF: 26.896.005/0001-38 - NIRE: 33.3.00322591
CARTA DE RENÚNCIA: À GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703-parce e 1704-parce, Edifício Austrégio de Althayde, Centro, CEP 20030-021, Rio de Janeiro/RJ. Ref.: Carta de Renúncia. Eu, Sr. EDUARDO BECHARA DE ROSA, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade RG 28.830.084-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME 166.813.598-17, residente e domiciliado em São Paulo/SP e com endereço profissional na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais 102, 111 e 112, Itaim Bibi, CEP 04530-001, São Paulo/SP, venho pelo presente apresentar meu pedido de renúncia ao cargo de Conselheiro Suplente da GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (CNPJ/ME 26.896.005/0001-38), em caráter irrevogável e irretratável, outorgando à Companhia a mais ampla, rasa, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar ou pleitear a qualquer tempo, seja a que título for, no que se refere ao cargo ao qual ora renuncio. São Paulo, 30 de abril de 2021. EDUARDO BECHARA DE ROSA. Jucerja nº 4078564 em 04/05/2021.

VARELLA E DAMAZIO ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA LTDA.
CNPJ 09.572.294/0001-09 - Matrícula RCPJ 229352
Ficam os sócios convocados para Assembleia de Sócios, às 11h do dia 21.12.2021, na Av. Almirante Barroso, nº 81, sala 2401, Centro/RJ, cuja ordem do dia é o ingresso e retirada de sócios. RJ, 09.12.2021. Sôcia Adm. Luciana Damazio de Noronha Presto.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
FLEURY S/A. CNPJ 60.840.055/0274-12 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 26/510.528/2017, Licença Ambiental Municipal para atividade de radiologia, eletroencefalografia, ultra-sonografia, posto de coleta de laboratório de análises clínicas, tomografia computadorizada, ecocardiografia, ressonância magnética, mamografia, na Rua Jacinto Alcides, nº 430, Bangu, Rio de Janeiro/RJ.

ATAQUE A DORIA

Bolsonaro lança 'todo ódio' contra passaporte de vacina

WASHINGTON LUIZ/FOLHAPRESS

O presidente Jair Bolsonaro (PL) criticou ontem a decisão do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), de exigir o passaporte vacinal no estado para viajantes a partir de 15 de dezembro, caso o governo não torne o documento obrigatório.

Após elogiar a Assembleia Legislativa de Rondônia, que aprovou um projeto proibindo a obrigatoriedade do passaporte, o chefe do Executivo disparou:

"Outro governador, aqui da região Sudeste, quer fazer o contrário. E ameaça: 'Ninguém vai entrar no meu estado'. Teu estado, o cacete, porra. E se não tiver vacinado? E nós todos temos

que reagir. E reagir como? Protestando contra isso", afirmou durante evento do Dia Internacional contra a Corrupção, no Palácio do Planalto.

Doria afirmou que o documento passará a ser exigido para quem entrar no estado por qualquer via, seja por aeroportos, portos ou via rodoviária.

Pela regra estadual atualmente vigente em São Paulo, o passaporte da vacina só é obrigatório em eventos com mais de mil pessoas.

Segundo o governador, decisão anterior do STF (Supremo Tribunal Federal) já definiu que estados e municípios podem ter regras mais rígidas do que o governo federal para legislar em questões de saúde.

Bolsonaro, no entanto, tem se manifestado contrário a qualquer medida que exija o comprovante de vacina. No mesmo evento, ele voltou a criticar os imunizantes e disse que não poderia validar a exigência do passaporte, pois ele não tomou a vacina.

"Queriam que a gente impusesse aqui a obrigação do cartão vacinal. Como eu posso aceitar o cartão vacinal se eu não tomei vacina? É um direito meu de não tomar, como é o direito de qualquer um aqui", questionou.

Embora a pressão pelo controle mais rígido das fronteiras tenha aumentado com a descoberta da variante Ômicron, o governo decidiu exigir apenas um quarentena de cinco dias de via-

jantes não vacinados que entrem no Brasil. A regra passa a valer a partir de amanhã.

No quinto dia de isolamento, eles deverão realizar um teste para a Covid-19. Se o resultado for negativo, poderão circular no país.

Já quem apresentar o certificado de imunização contra a doença e teste negativo poderá cruzar a fronteira sem passar pelo período de isolamento.

A medida contraria recomendação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que propôs que o governo federal cobrasse o certificado de vacinação como forma de liberar a entrada de viajantes no Brasil. A medida valeria para permitir a imigração por terra.

Aeroportos de SP, Rio e Brasília terão postos de vacinação

RAQUEL LOPES/FOLHAPRESS

O secretário-executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz, disse que os aeroportos de São Paulo (Cumbica), Rio de Janeiro (Galeão) e Distrito Federal (Aeroporto Internacional de Brasília) terão postos de vacinação contra a Covid-19.

A aplicação das doses deve começar na próxima segunda-feira.

No Brasil, segundo Rodrigo Cruz, chegam por semana cerca de 100 mil passageiros.

Os principais aeroportos são os de Guarulhos (Cumbica), Galeão e Brasília. O aeroporto de Guarulhos concentra 80% desse fluxo de pessoas. A declaração foi dada na segunda-feira passada no Ministério da Saúde.

"Eu já conversei com os três secretários municipais, do Distrito Federal, de Guarulhos e secretário do Rio de Janeiro e todos gostaram da ideia. Acharam a ideia interessante e a gente está com a meta de iniciar essa vacinação nesta segunda-feira. As vacinas eles já têm. Já conversei com a Anvisa. O Ministério da Infraestrutura, por intermédio da Secretaria de Aviação Civil, já fez ou fará contato com os aeroportos para discutir o melhor espaço", disse.

As medidas serão tomadas após as novas regras que entram em vigor para o ingresso de viajantes no Brasil. Quem chegar em voos internacionais e não estiver imunizado contra a Covid-19 terá de apresentar o teste da doença, realizado até 72 horas antes do embarque, e cumprir quarentena

de cinco dias.

Na fronteira terrestre, será exigido comprovante de vacinação ou teste negativo.

As normas constam de portaria publicada ontem no Diário Oficial da União, assinada pelos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Marcelo Queiroga (Saúde), Anderson Torres (Justiça) e Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura).

A atualização se dá em meio ao surgimento da ômicron, variante classificada como de preocupação pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

Rodrigo Cruz informou que o passageiro que não apresentar o certificado de vacinação e escolher fazer a quarentena vai precisar informar no formulário de DSV (Declaração de Saúde do Viajante), coletado pela Anvisa.

"A pessoa vai informar então o endereço que cumprirá a quarentena. Nesse endereço a Anvisa informa o Cievs, que é um centro de vigilância coordenado pela secretaria de saúde, que, por sua vez, informará os Cievs estaduais e que, por sua vez, conta com o apoio das vigilâncias locais", explicou.

Cruz esclareceu que as normas serão revistas em 30 dias pelos ministérios da Saúde, Justiça, Infraestrutura e Casa Civil.

"O monitoramento é fundamental para que a gente verifique qual medida tomar. Se houver uma piora do cenário epidemiológico, o ministério, por óbvio, vai rever e vai sugerir ao colegiado de ministros que reveja esse posicionamento em função dessa piora do cenário epidemiológico", disse.

ALAGOAS

Barroso suspende despejo de imóveis próximos a ferrovia

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso suspendeu, liminarmente, uma ação de despejo contra 555 famílias que vivem no entorno de uma linha férrea instalada no município de Quebrangulo (AL), a cerca de 120 quilômetros de Maceió.

O pedido de suspensão foi apresentado pela DPU (Defensoria Pública da União). O órgão citou decisão do Supremo que veta despejos e desocupações até março de 2022 e lei aprovada pelo Congresso que versa sobre o mesmo tema.

A ação foi movida pela empre-

sa Ferrovia Transnordestina, que pediu a demolição de três imóveis construídos irregularmente ao longo das linhas férreas localizadas na Linha Tronco Sul Recife.

Segundo a DPU, porém, moram na região 555 famílias constituídas por crianças, idosos, gestantes, pessoas com deficiência e adultos - e todas elas seriam afetadas pela decisão.

O pedido de reintegração chegou a ser concedido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, mas foi suspenso por Barroso até que o Supremo julgue o mérito da ação.

"A existência de um número tão elevado de imóveis construídos em área que, como demons-

trado, ocupa grande parte do município de Quebrangulo, sugere tratar-se, em verdade, de situação antiga de ocupação de área pública na qual se instalaram inúmeras famílias e onde fixaram suas residências", afirma Barroso na decisão.

"Depreende-se dos autos que a omissão das autoridades públicas envolvidas permitiu a consolidação de situação que, nesse momento, representa grave problema social a demandar cautela do Poder Judiciário na solução da controvérsia", segue o magistrado.

No início deste mês, o ministro do STF estendeu o veto a despejos e desocupações até março de

2022. Em junho, Barroso havia determinado a suspensão, até o fim deste ano, de medidas administrativas ou judiciais com ordens de desocupação.

"Com a chegada do mês de dezembro, constata-se que a pandemia ainda não chegou ao fim e o contexto internacional -notadamente com a nova onda na Europa e o surgimento de uma nova variante na África- recomenda especial cautela por parte das autoridades públicas", disse o ministro na ocasião.

Depois da decisão de junho deste ano, o Congresso aprovou uma lei no mesmo sentido com validade até 31 de dezembro de 2021.

CAINDO FORA

Aliado próximo de Valdemar deixa PL após filiação de Bolsonaro

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

Amigo pessoal e aliado próximo de Valdemar Costa Neto, presidente do PL, o ex-deputado Milton Monti pediu na quarta-feira passada a desfiliação do partido em razão da entrada do presidente Jair Bolsonaro na sigla.

Na carta em que solicita a saída, Monti afirma que considerou "que os caminhos adotados pelo partido não coincidem mais com aqueles que

sempre trilhei e pretendo continuar trilhando".

"Tenho uma história democrática. Não combina com o projeto do Bolsonaro", disse o ex-deputado à reportagem.

Monti é também aliado de Geraldo Alckmin, de saída do PSDB, e defende a união entre o ex-governador e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Não sou lulista. Mas torço para que Alckmin seja vice do Lula", afirmou.

DINHEIRO PÚBLICO

Alesp libera uso de verba para bolsonaristas irem a evento da direita

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

Os deputados Gil Diniz (sem partido) e Frederico d'Ávila (PSL) poderão utilizar dinheiro público por meio da verba de gabinete para custear a viagem e participar do Congresso Brasil Profundo - a Redescoberta de Quem Somos.

Os dois foram nomeados pelo presidente da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), Carlão Pignatari (PSDB), como representantes

do parlamento paulista no evento.

O encontro é organizado pelo Instituto Conservador Liberal e terá entre os palestrantes o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles.

A nomeação dos dois e liberação do uso da verba de gabinete foi publicada no Diário Oficial ontem. O evento será realizado hoje e amanhã em Cuiabá (MT).

RECURSOS

TSE libera Pix para arrecadação de recursos para campanhas das eleições

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizou ontem a utilização do Pix, sistema de pagamento instantâneo do Banco Central (BC), para arrecadação de recursos para as campanhas eleitorais de 2022. Com a medida, partidos e candidatos deverão usar o CNPJ ou CPF como chave de identificação.

Na sessão de ontem, os ministros também aprovaram outras regras para as eleições do ano que vem. As campanhas poderão realizar eventos musicais para arrecadar recursos, e a distribuição dos valores do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) deverá levar conta a contagem em dobro dos

votos recebidos por mulheres e pessoas negras para distribuição dos recursos.

Sobre as federações partidárias, ficou definido que as prestações de contas serão feitas individualmente por cada legenda, detalhando os valores distribuídos aos candidatos.

Durante a sessão, também foi

discutido a unificação do horário da votação em todo o país.

Pela proposta, a votação em todos os estados deverá seguir o horário de Brasília, mesmo com fusos horários diferentes.

No entanto, tendo em vista a dificuldade de cumprimento de medida, a questão voltará a ser discutida na semana que vem.

KISS

Vocalista diz que tentou apagar fogo, mas extintor não funcionou

FERNANDA CANOFRÉ/FOLHAPRESS

O vocalista da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos, havia terminado de cantar a música "Amor de Chocolate", na qual usava um artefato pirotécnico em uma das mãos, quando sentiu alguém cutucando suas costas e se virou. O irmão Márcio, percussionista, tentava avisá-lo sobre o fogo no palco da boate Kiss.

Marcelo viu alguém chegando com extintor, olhou para o lado e gritou: "fogo, fogo, sai". Em seguida, ele pegou o extintor para tentar combater o incêndio. "Na minha cabeça, eu ia apagar. Eu tive uma chance só de apagar o fogo e a chance que eu tive não consegui. O extintor não funcionou", contou ontem em depoimento durante o julgamento das 242 mortes causa-

das pelo incêndio em 2013. Mais de 600 pessoas ficaram feridas. Marcelo foi o último dos quatro réus acusados por homicídio e tentativa de homicídio simples por dolo eventual a depor. Antes, falaram os então sócios da Kiss, Mauro Hoffmann e Elissandro Spohr, e Luciano Bonilha Leão, assistente da banda e responsável por comprar o artefato pirotécnico.

O júri da boate Kiss já é o mais longo da história do Judiciário gaúcho. O processo foi desafiado de Santa Maria a Porto Alegre a pedido de defesas que questionaram se a cidade onde ocorreu a tragédia teria júri imparcial, já que boa parte da população foi afetada.

Marcelo disse que a Kiss estava cheia na madrugada da tragédia. Segundo ele, foram usados artefatos pirotécnicos, colocados no chão, no início da

apresentação, sem que qualquer pessoa da boate viesse chamar a atenção ou avisar que não poderiam fazer isso no local. Quando o extintor não funcionou, o músico disse ter entrado em desespero e que ouviu alguém falar que trariam outros extintores, o que não aconteceu. "Eu não sabia o que eu fazia. Eu gritei de novo, só na voz, dizia 'sai, sai'. Na intenção de vir mais extintores, não tinha nada que eu pudesse pegar para combater o fogo. Não me deram essa chance de combater o fogo. Eu fiquei debaixo dele e não podia fazer nada. Estava com as mãos fechadas, sem poder fazer nada. As pessoas correndo, querendo sair, e não podia fazer nada", relatou.

Em depoimento no júri, o sonorizador da banda, Venâncio Anschau, confirmou que desligou os microfones no momento

da confusão que ocorria em cima do palco. Luciano disse durante seu interrogatório que outras pessoas da banda poderiam anunciar o fogo, não apenas Marcelo. O músico afirmou não se lembrar de muita coisa, se desmaiou, se entrou em choque, só que pensava que iria morrer ali. O irmão o viu voltando para o fogo e o puxou para que se encaminhassem para a saída. Ele sentia os olhos ardendo, dificuldade para respirar, mas saiu.

"Era uma cena de guerra [o lado de fora]. Nunca tinha visto um negócio daquele, pessoas chorando, eu não conseguia assimilar onde eu estava, não sei se alguém falava comigo. Fui para o outro lado [da rua], no Carrefour, quando eu olhei, estava no meio das pessoas mortas", relatou ao juiz Orlando Faccini Neto.

Ele afirmou ainda que Danilo, o gaitero do grupo, que morreu na tragédia, era quem acertava as apresentações e definia o repertório da banda e que confiava em Luciano, como a pessoa que comprava os artefatos pirotécnicos.



FECOMÉRCIO

Turismo na capital paulista tem alta de 10,1% em outubro

O turismo na capital paulista registrou alta de 10,1% em outubro, na comparação com setembro, segundo o Índice Mensal de Atividade do Turismo apurado pela Federação do Comércio Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Em relação ao mesmo período de 2020, houve crescimento de 43,5%.

Desde abril, a expansão acumulada foi de 90% na comparação com o início do ano.

Em outubro, todas as variáveis analisadas pelo índice tiveram alta, com destaque para a taxa de ocupação hoteleira, que ficou em 58,9% ante os 50,4% em setembro. A movimentação de passageiros nos

aeroportos cresceu 14% em relação ao mês anterior.

Nas rodoviárias, esse aumento foi de 10,8% na comparação com setembro.

O faturamento cresceu 6%, chegando a quase R\$ 490 milhões. O emprego, por sua vez, cresceu 3,9%, superando o patamar de 400 mil vagas.

Para a FecomercioSP, apesar do momento favorável, o cenário de 2022 deve ser diferente.

"As variáveis econômicas estão pressionadas, a inflação continua elevada, o desemprego ainda atinge 13 milhões de pessoas e a taxa de juros crescente deve frear ainda mais a economia", indicou a entidade.

COVID-19

Quase 10 mil doses da vacina Pfizer vencem

FÁBIO PESCARINI/FOLHAPRESS

A Prefeitura de São Paulo recolheu entre 8.000 e 10 mil doses de vacinas da Pfizer contra a Covid-19 com vencimento das datas de descongelamento na quarta-feira passada e ontem.

Segundo a Secretaria Municipal da Saúde, as vacinas eram reservadas para quem não apareceu para tomar a segunda dose. Até a semana passada, quase 600 mil pessoas acima de 18 anos não haviam aparecido nos postos para completar o ciclo de vacinação na capital paulista.

De acordo com o secretário Edson Aparecido, a cidade conta com cerca de 817 mil doses da Pfizer em estoque para vacinação de adolescentes, para o reforço (terceira dose) para os adultos e para os faltosos.

"A orientação que demos às unidades de saúde era para que mantivessem essas vacinas a uma temperatura de 2°C a 8°C e depois recolhemos todas para o depósito central da prefeitura", afirmou. "Agora aguardamos a orientação da secretaria estadual para o procedimento seguinte."

Aparecido disse que a prefeitura já pediu a reposição do estoque para o governo João Dória (PSDB). Afirmou também que nenhuma dose vencida foi aplicada.

O secretário disse que a prefeitura ofereceu a doação das vacinas para municípios vizinhos, mas ninguém quis. "Essas cidades estão no limite da capacidade de vacinação", afirmou.

"Nós estamos chegando ao

final do processo, com mais de 22 milhões de doses aplicadas, e o que poderia ser consumido já foi", completou Aparecido, dizendo que a cidade recebe as vacinas enviadas pelo PNI (Plano Nacional de Imunização).

Procurada, a Secretaria Estadual da Saúde respondeu que encaminha aos municípios o imunizante da Pfizer com validade de uso de até 30 dias, como preconiza a bula do medicamento e os informes técnicos do Ministério da Saúde, e que cabe as prefeituras organizar a logística da distribuição dos imunizantes.

A pasta informou também que está inteiramente à disposição para o envio de mais doses para a capital e aos demais municípios que necessitarem.

De acordo com a gestão Ricardo Nunes (MDB), até o início da tarde de quarta-feira, a capital paulista já havia aplicado cerca de 22,5 milhões de doses de vacina contra a Covid-19. A pasta diz que 100% do público adulto estimado já tomou as duas doses.

Segundo boletim da Secretaria Municipal da Saúde, 74% dos adolescentes de 12 a 19 anos estão com o ciclo de vacinação com duas doses completo.

O documento diz ainda que 20% dos adultos já tomaram o reforço, que pode ser aplicado quatro meses depois da segunda dose.

Tanto para os adolescentes quanto para a terceira dose estão sendo usadas vacinas da Pfizer.

RIO PRETO

Governo vai investir R\$ 28 mi em Favela

O Governador João Dória anunciou ontem o investimento de R\$ 28 milhões para transformar a Favela Marte, em São José do Rio Preto, com o Projeto Favela 3D - Cidadania para Todos. A iniciativa é uma parceria com a ONG Gerando Falcões (GF) e a Prefeitura de São José do Rio Preto que tem como objetivo oferecer moradia digna e ações que promovam o desenvolvimento urbano, digital e socioeconômico dos moradores do local.

"Essa ação representa moradia digna, oferecer condições de dignidade para uma população que precisa", afirmou Dória. "Aqui nós incorporamos todos os programas com recursos públicos que viabilizamos porque fizemos a reforma administrativa, a reforma fiscal e a reforma previdenciária e hoje São

Paulo tem R\$ 50 bilhões em caixa para fazer programas de redução de pobreza através da educação e da habitação social", completou o Governador.

O Favela 3D (Digital, Digna e Desenvolvida) - Cidadania para Todos conta com o envolvimento da iniciativa pública e privada, de ONGs e da sociedade civil e está dividido em três eixos: Moradia Digna e Urbanismo, Geração de Renda e Desenvolvimento Social e Digital.

"Hoje é um dia marcante para a Favela Marte em São José do Rio Preto e para todas as favelas do Brasil. Este pode ser um símbolo de um futuro, de uma tecnologia que pode ser replicada para fazer uma transformação nas favelas", destacou Edu Lyra, CEO e fundador da ONG Gerando Falcões.

FECHAMENTO

Brasileiros aceleram mudança para Portugal

GIULIANA MIRANDA/FOLHAPRESS

Com a alta dos casos de Covid em Portugal, brasileiros com mudança programada para o país temem ser afetados por uma nova onda de restrições de viagens e de fechamento de fronteiras.

Em janeiro de 2021, em seu pior momento da pandemia, Portugal cancelou todos os voos com origem ou destino no Brasil. A medida vigorou por 77 dias e criou enormes dificuldades dos dois lados do Atlântico.

Agora, a emergência da variante Ômicron, o cancelamento de festas de Réveillon em várias cidades lusas e o retorno de medidas anti-Covid geraram o temor de que as autoridades voltem a isolar o país.

"Todos os dias recebo relatos de pânico. Tem gente que já tirou o filho da escola, que já vendeu a casa", afirma a empresária Patrícia Lemos, que trabalha com assessoria para imigração de brasileiros.

Em grupos nas redes sociais, brasileiros relatam nervosismo com a possibilidade de um novo fechamento de fronteiras, embora o governo português não tenha dado quaisquer sinais neste sentido. As atuais regras de viagem seguem em vigor ao menos até o próximo dia 9 de janeiro.

Com passagens para o come-

ço de fevereiro, o jornalista Ricardo Lombardi e a família estão inclinados a acelerar a mudança. "Estávamos tranquilos até a semana passada, mas já cogitamos adiantar a ida para a primeira semana de janeiro, antes do dia 9, porque depois não sabemos o que vai acontecer."

Inicialmente, a família embarcaria para o país europeu em agosto, mas problemas de saúde acabaram atrasando os planos. Em busca de melhor qualidade de vida, sobretudo para a filha de 8 anos de idade, Lombardi já tem praticamente tudo pronto para a partida, incluindo a venda da maior parte da mobília.

A empresária Caroline Paes, que trabalha com treinamento para executivos, também faz parte do grupo que avalia adiantar a mudança para Portugal. "Já vi este filme antes. E não é simplesmente sair do Brasil e ir embora, temos mudança para fazer, móveis para vender, escola para matricular os filhos. São várias decisões que, por vezes, não são revogáveis", afirma ela. "Já estou no desapego da minha casa, arrumando toda a documentação. Porque na hora que precisar quero apenas comprar a passagem e ir. Já sou cidadã portuguesa e tenho família lá, então felizmente consigo tomar essa decisão em cima da hora."

De mudança junto com o marido e o filho, Paes afirma

que a imposição de um novo confinamento geral - como aconteceu na Áustria - faria com que ela adiasse o projeto para o segundo semestre de 2022.

Com base nas experiências de seus clientes, a empresária Patrícia Lemos diz que também houve muita gente que preferiu adiar os planos para um momento de menos incerteza.

Embora um eventual agravamento das restrições vá afetar os que planejam se mudar para Portugal, a medida teria especial impacto aos que viajam como turistas e permanecem no país para viver e trabalhar sem a documentação adequada. Por isso, a técnica de enfermagem Débora, que pediu para não ter o sobrenome revelado, comprou passagem para chegar a Portugal ainda na primeira quinzena de dezembro.

Nascida em Goiás, ela relata ter medo de passar um longo período como migrante irregular na Europa, mas diz não ver alternativas para criar o filho no Brasil. Diferentemente de outros países da União Europeia, Portugal permite de maneira relativamente simples a regularização de estrangeiros nesta situação. Os processos, no entanto, costumam se arrastar por anos até a concessão das autorizações de residência. Neste período, os imigrantes ficam vulneráveis social e economicamente.

Como as fronteiras lusas ficaram fechadas para turistas brasileiros entre março de 2020 até 1º de setembro deste ano, ainda existe uma demanda reprimida dos que pretendem imigrar desta forma.

Assim, entidades de apoio a imigrantes já relatam um intenso fluxo desde a reabertura das fronteiras para turistas. Os brasileiros são a maior comunidade estrangeira no país. Em 2020, o número de residentes em situação legal cresceu pelo quarto ano consecutivo, atingindo o recorde de 183.993: alta de 21,6% em relação a 2019. O número não inclui pessoas com dupla cidadania portuguesa ou de outro país da UE nem quem reside de maneira irregular no país. O Itamaraty calcula que 300 mil brasileiros vivem em Portugal.

O número de casos de Covid no país tem aumentado nas últimas semanas, mas seguem em patamar muito inferior ao do mesmo período de 2020. Portugal, com cerca de 10 milhões de habitantes, tem uma das mais altas coberturas vacinais no mundo, com mais de 87% da população completamente vacinada.

Na segunda-feira passada, havia 948 pacientes internados devido à doença, 135 dos quais em unidades de terapia intensiva. Há um ano, eram 3.268 hospitalizações, 514 das quais nos cuidados intensivos.

CHILE

Pai de candidato era filiado ao Partido Nazista da Alemanha

O pai do candidato da ultradireita à Presidência do Chile, José Antonio Kast, foi filiado ao Partido Nazista da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, segundo documento obtido pela agência de notícias Associated Press.

As relações da família Kast com os nazistas já eram especuladas, mas o candidato chileno sempre sustentou que seu pai foi obrigado a defender Hitler na guerra, como todo jovem alemão à época, e que isso não fazia dele um apoiador do ditador.

Mas um documento de identidade obtido pela AP no Arquivo Federal do governo alemão mostram que Michael Kast, que nasceu na Alemanha e depois da guerra migrou para o Chile, filiou-se ao Partido Nazista em 1942, aos 18 anos. Embora o alistamento militar fosse compulsório, como sustenta o filho, a filiação partidária era voluntária.

A Associated Press afirma que o Arquivo Federal não confirmou que o jovem filiado ao Partido Nazista é o pai do candidato chileno, mas o nome, a data e o local de nascimento batem com os registros do pai de José Antonio Kast. Uma cópia do

mesmo documento ao qual a AP teve acesso já havia sido publicada no Twitter no começo do mês pelo jornalista chileno Mauricio Weibel Barahona.

"Não temos sequer um exemplo de alguém que tenha sido forçado a se filiar ao partido", disse o historiador alemão Armin Nolzen à AP. Segundo o pesquisador, Kast provavelmente foi membro da Juventude Hitlerista na adolescência e foi orientado a se filiar ao Partido Nazista por um líder local do grupo. À época, em 1942, a legenda tinha 7,1 milhões de filiados, cerca de 10% da população alemã.

A agência afirma que não há evidências de que Michael Kast tenha tido papel nas atrocidades cometidas pelos nazistas, como o extermínio de judeus. Michael Buddrus, do Instituto de História Contemporânea de Leibniz, em Berlim, disse à AP que não se pode superestimar a participação de uma pessoa tão jovem no partido, mas concordou que Kast deve ter se filiado por vontade própria.

"Ser um membro filiado te liga ao partido e à ideologia dele, mesmo que muitos tenham se filiado por razões puramente oportunistas"

como na tentativa de ganhar prestígio na sociedade, disse.

Um livro de 2015 escrito pelo jornalista Javier Rebolledo sobre colaboradores do ditador chileno Augusto Pinochet já havia traçado o passado nazista do alemão, com base em depoimentos da mulher de Michael, mãe de José Antonio, segundo a AP.

Na obra é dito que Kast relutou em se filiar aos nazistas, mas foi convencido por um sargento. Ao fim da Guerra, com a derrota da Alemanha, ele obteve uma identidade falsa enquanto servia na Itália, que dizia que era membro da Cruz Vermelha. Com o documento, ele escapou da prisão duas vezes e conseguiu voltar à Alemanha, onde foi descoberto e confessou ser um soldado nazista, mas foi poupado por um promotor, que queimou seus arquivos no exército, segundo trechos do livro recuperados pela AP.

José Antonio Kast nega a versão do livro e diz que o autor tirou de contexto as memórias da mãe e distorceu fatos.

Em 1950, Michael Kast emigrou da Alemanha para o Chile e se estabeleceu na comunidade rural de Paine, ao sul da capital

Santiago. Ele se tornou empresário e montou uma rede nacional de restaurantes e fábricas de alimentos, e morreu em 2014, aos 90.

O ex-deputado José Antonio Kast, 55, do Partido Republicano, ficou em primeiro lugar no primeiro turno da eleição presidencial chilena, em uma votação apertada, e disputará o segundo turno contra Gabriel Boric, candidato da esquerda, no próximo dia 19.

Admirador de Pinochet, já afirmou que gostaria de tomar um chá com o general e disse que receberia o voto do ditador se ele ainda estivesse vivo. Seu irmão Miguel Kast foi ministro e presidente do Banco Central do Chile durante a ditadura de Pinochet, uma das mais sanguinárias da América Latina.

Questionado se o candidato à presidência sabia da filiação do pai ao Partido Nazista, a campanha de Kast não respondeu. Em outras ocasiões, ele rechaçou a associação. "Quando há uma guerra e o alistamento é obrigatório, uma pessoa de 17 ou 18 anos não tem opção de dizer 'não vou' porque será fuzilado no dia seguinte", disse, segundo a AP.

EUA

Acordo para evitar calote e elevar teto da dívida avança

O Senado dos Estados Unidos deu um passo em direção ao aumento do teto da dívida do governo federal - atualmente em 28,9 trilhões de dólares - nesta quinta-feira, quando votou para limitar o debate sobre a primeira de duas medidas necessárias para fazê-lo, enquanto o Departamento do Tesouro pressiona por ação até a semana que vem.

Além dos 48 democratas do Senado, 14 senadores republicanos e dois independentes vo-

taram para avançar com o primeiro dos dois projetos de lei necessários para aumentar a autoridade de empréstimos do Departamento do Tesouro sob um acordo elaborado pelo líder da maioria no Senado, Chuck Schumer, e pelo líder republicano Mitch McConnell.

O Senado votou por 64 a 36 para possibilitar a aprovação da proposta que estabelece um procedimento acelerado de tramitação.

A Câmara pode votar o projeto de lei em si, que define regras aceleradas para aumentar o limite da dívida, já na sexta-feira. Se for aprovada, as duas Casas do Congresso precisarão votar na semana que vem um segundo projeto de lei que, de fato, aumenta o limite da dívida.

O presidente Joe Biden deve sancionar os dois projetos de lei assim que forem aprovados.

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira esta pri-

meira proposta para contornar a regra de "obstrução" do Senado e, em última instância, aumentar a permissão federal para empréstimos por uma maioria simples de votos.

"Estou otimista de que, após a votação de hoje, estaremos num caminho direto para evitar um calote catastrófico", disse Schumer em um discurso ao Senado.

O acordo Schumer-McConnell sobre o teto da dívida acontece apenas dois meses depois de o Congresso concordar com um aumento de curto prazo do teto da dívida, para evitar um calote sem precedentes do governo federal de suas obrigações, o que teria implicações catastróficas para a economia mundial.